

Introdução

O conceito de arte pública surgiu durante os anos 60, para caracterizar um novo tipo de intervenção artística no espaço público que se distinguia do tradicional monumento comemorativo. Desde o princípio do século xx que diversos artistas como Rodin, Brancusi e Picasso realizaram obras de grande modernidade, que rivalizaram com a linguagem da escultura monumental. Na realidade, muitos dos elementos que caracterizavam esta linguagem – o pedestal, a verticalidade, a figuração – tornaram-se obsoletos à medida que surgiam os novos movimentos de vanguarda.

Enquanto despontava a necessidade de romper definitivamente com as clássicas concepções monumentais, os artistas começaram a interessar-se pelos espaços não convencionais da arte, explorando novos territórios para as suas intervenções. É nesse momento que o espaço urbano se torna num local por excelência da experimentação artística, desencadeando inevitavelmente o desenvolvimento da arte pública.

Para melhor introduzirmos o tema deste estudo, considerámos essencial abordar, no primeiro capítulo, as políticas de desenvolvimento urbano que determinaram a morfologia das cidades contemporâneas, reflectindo sobre os principais conceitos que marcaram o discurso urbanista do nosso século e procurando compreender algumas das causas que conduziram à decadência da urbe. De seguida, analisaremos o conceito de espaço público, com o objectivo de entender a sua função e determinar as suas principais características enquanto território de progressiva transmutação. Nessa perspectiva, iremos abordar os vários fenó-

menos que têm caracterizado a vivência do espaço público, desde as diferentes formas de resistência e apropriação, até à crise de identidade protagonizada pelos “não-lugares”.

No capítulo seguinte, abordaremos o tema do monumento enquanto obra escultórica que pretende homenagear a memória de um facto ou de uma personagem notável, utilizando frequentemente uma linguagem com forte influência clássica. Nesses termos, iremos analisar alguns dos monumentos mais marcantes da nossa história, apresentando as diferentes tipologias e as características que melhor definem este tipo de manifestação da memória colectiva. Importa, também, reflectir sobre a forma como o monumento tem sido aproveitado por diversos regimes totalitários na divulgação de princípios ideológicos, que, entre outros factores, condicionaram a renovação das linguagens artísticas. Nesse contexto abordaremos a estatuária do Estado Novo, que para além de ter desempenhado um papel preponderante no panorama nacional, ditou os modelos que vigoraram durante décadas.

Em seguida, entraremos no tema principal deste estudo, que nos remete para a definição do conceito de arte pública, apresentando criticamente os diferentes argumentos que o legitimam e traçando as características principais que o definem. Introduziremos toda esta reflexão seleccionando alguns dos mais importantes precursores da arte pública, explicando a sua contribuição para as inovações que foram implementadas na escultura pública. Ainda no mesmo capítulo, reflectiremos sobre a influência que exerceram determinados movimentos artísticos no surgimento de uma nova relação entre a obra, o espectador e o espaço envolvente. Abordaremos o modo como o conceito de *site-specific* se tornou fundamental para compreender grande parte das intervenções artísticas no espaço urbano e estudaremos os motivos que levaram os artistas a criar projectos fora dos espaços institucionais da arte.

O capítulo seguinte será dedicado às diversas tendências que caracterizam a arte pública contemporânea; por isso, está dividido em cinco categorias distintas. Cada uma delas não deverá ser entendida como um corpo estanque, alheio a qualquer interferência, mas antes como um instrumento de análise com o objectivo de melhor compreender os diversos conceitos que se associam às intenções expressas pelos artistas. Na primeira categoria, iremos abordar a arte pública de provocação e ruptura com a concepção de monumento, ou seja, as intervenções mais subversivas e radicais, como é o caso do chamado “anti-monumento” e do conceito de “invisibilidade” da forma. Serão analisadas algumas das obras mais representativas deste novo espírito de intervenção que subverte a forma e a função do monumento tradicional.

Abordaremos a questão da arte pública reconhecida como objecto utilitário, ou seja, a arte que combina a expressão individual do artista com o *design* urbano.

Esta tendência não só tem suscitado uma maior interdisciplinaridade, o que veio originar diversos benefícios, mas também tem garantido uma boa receptividade por parte do público.

A arte pública integrada na arquitectura é outra categoria, que reflectirá sobre as obras que foram concebidas para integrar projectos arquitectónicos. Neste contexto procuraremos entender o tipo de relação profissional existente entre artistas e arquitectos e as potencialidades de um trabalho em equipa. Apresentaremos dois casos de sucesso onde existiu uma completa simbiose entre as duas disciplinas, originando um diálogo único entre a arte, a arquitectura e o espaço público. Na quarta categoria abordaremos as obras de carácter efémero, que apresentam características distintas das intervenções artísticas permanentes. O seu carácter transitório permite, por um lado, explorar de modo experimental novos materiais e linguagens e, por outro lado, ensaiar novas formas de comunicação com o público. Neste sentido, debruçar-nos-emos sobre alguns artistas e programas internacionais que melhor têm contribuído para o desenvolvimento deste tipo de arte pública.

E, por fim, falaremos de arte pública como intervenção comunitária, que tem sido uma das práticas artísticas mais dinâmicas e que revolucionou por completo o modo como a arte passou a interagir e envolver as comunidades. Nestes projectos de colaboração, os artistas reflectem muitas vezes sobre os problemas que afectam as cidades pós-modernas, procurando, através da arte, impulsionar a transformação política e social.

Para estabelecer um paralelo com o contexto nacional dedicámos o último capítulo ao estudo de dois projectos de arte pública recente, que se destacaram não só pela forma inovadora como foram conduzidos, mas principalmente pela qualidade das obras que foram apresentadas. Trata-se do programa de arte urbana da Expo'98, integrado no âmbito da exposição mundial de Lisboa, e do projecto "Lisboa Capital do Nada", desenvolvido em Marvila no ano de 2001. O contraste entre estes dois projectos, tanto ao nível da programação, como do financiamento e da divulgação, dá-nos uma ampla perspectiva da aplicação das duas principais vertentes da arte pública e dos novos desafios que a vivência do espaço urbano nos coloca.